

# Negociação só acontecerá com o deságio

Rio — O presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), Sérgio Barcellos, disse ontem que os grandes bancos estrangeiros que não estiverem dispostos a pagar deságio para converter dívida do Brasil vencida com eles, não precisam comparecer ao leilão de hoje, às 15h, na instituição. A esses bancos a alternativa levantada por Barcellos é que cobrem suas dívidas com oito anos de carência e vinte para o resgate. No caso estariam os japoneses, que querem ficar livres do deságio.

O presidente da BVRJ pronunciou-se durante o programa "Encontro com a Imprensa", na Rádio Jornal do Brasil, acompanhado do diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Carlos Alberto Paes Barreto. Segundo Barcellos, no leilão de hoje entrarão 75 milhões de dólares para conversão direta, modalidade em que os credores trocam parte das suas dívidas por cruzados e investem em empresas brasileiras.

Para Barcellos, a conversão da dívida externa em investimentos em capitais de risco é uma das formas de o Brasil voltar à comunidade financeira internacional, da qual não pode ficar isolado. É o País retomando o diálogo com aquela comunidade já que, hoje, as bolsas não existem sozinhas, mas em função de um movimento internacional.

Revelou que os recursos aplicados pelos credores estrangeiros, via conversão, deverão ficar no Brasil por 12 anos, não havendo — apesar da preocupação de alguns setores e de ouvintes da sua entrevista — possibilidade de desnacionalização. A seu ver, a lei da conversão não modifica as leis em vigor, que regulam os investimentos estrangeiros no Brasil e só funcionará para o mercado acionário. Pela lei, citou, não é possível, por exemplo, converter dívida para comprar empresas jornalísticas, pois existe lei que veda isto.

Além de não substituir as leis atuais, a conversão não expandirá a base monetária, disse. A expansão — situou — decorre da falta de bom-senso dos governos, que não conseguem evitá-la. Assim aconteceu durante o Plano Cruzado, quando a base se expandiu "de forma absurda mas nem por isso vai se julgar o Banco do Brasil ao arrepio do bom-senso", disse, lembrando que à época se acreditava no plano.